



Uma política ética: contribuição do pensamento ético de I. Ellacuría

*Ethical Politics: Contribution from I. Ellacuría
for an Ethical Thinking*

FRANCISCO DAS CHAGAS DE ALBUQUERQUE ^a

Resumo¹

No contexto de alastramento da corrupção tanto no campo da política como na sociedade, a reflexão sobre a Ética na Política se reveste de importância singular. Este artigo apresenta os principais elementos da ética filosófica de Ignacio Ellacuría, filósofo e teólogo que atuou em El Salvador na segunda metade do século XX. Segundo o autor, a relação entre Ética e Política é não só possível, mas também necessária. A política ética será possível à medida que toma como parâmetro das decisões políticas a “reta consciência”: uma consciência que corresponde à realidade da qual ela trata e a suas exigências. Para a explanação da temática serão tomados textos seletos do autor, assim como reflexões sobre seu legado intelectual. Parte-se da identificação das bases de seu pensamento e em seguida expõe-se sua argumentação sobre esta temática. Sua perspectiva de uma política ética tem como critério primeiro a “opção preferencial pelos pobres”, caracterizando-se como “ética da libertação”.

Palavras-chave: Ética. Política. Política ética. Reta consciência. I. Ellacuría. Bem comum. Humanização.

¹ O objetivo inicial desta participação no GT Teologias da libertação abrangia também a relação de religião e teologia. Porém, considerando o espaço disponível, sobretudo para o texto escrito, optamos por restringir-nos apenas à relação de ética e política (até porque estamos em um ano eleitoral no País).

^a Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, MG, Brasil. Doutor em Teologia, e-mail: chagaspresbitero@bol.com.br

Abstract

In the context of widespread corruption both in the field of politics and in society, the reflection on Ethics in Politics is of singular importance. This article presents the essential elements of the philosophical ethics from Ignacio Ellacuría, a philosopher and a theologian, who worked in El Salvador in the second half of the 20th century. According to the author, the relationship between Ethics and Politics is not only possible, but also necessary. Ethical politics will be possible as it keeps the "consciousness-righteousness" as a parameter for all political decisions. A consciousness that corresponds to the reality it deals with and its demands. Some selected texts from the author will be used for explaining the theme, as well as for reflections on his intellectual legacy. It begins with the identification of his thought bases and then with the exposing of his arguments on this chosen theme. His perspective of an ethical policy has its first criterion the "preferential option for the poor", being characterized as the "ethics of liberation".

Keywords: *Ethics. Politics. Ethical Policy. Consciousness. Righteousness. I. Ellacuría. Common good. Humanization.*

1. Introdução

A temática aqui proposta integra uma discussão que se torna cada vez mais necessária atualmente, haja vista a enorme lacuna ética que se verifica no âmbito da política. De modo geral, o poder político tem sido arruinado pela corrupção como manifestação do “mal radical”. Isso reclama a proposição de possíveis vias, a partir do pensamento filosófico como também teológico, que contribuam ao estabelecimento de bases teóricas para a construção de uma política ética. Consideramos que a proposta ético-filosófica de Ignacio Ellacuría (Portugalete, 1930 - San Salvador, 1989) proporciona intuições relevantes para aprofundar a reflexão sobre a relação entre ética e política em nosso contexto brasileiro e latino-americano. Identificado como agudo pensador da filosofia latino-americana, Ellacuría empenhou-se na luta pela libertação dos povos da América Central, particularmente, mas sua contribuição alcança também os outros países latino-americanos e do Caribe. Sua iniciativa visa a fundamentar o empenho de todos quantos se esforçam por garantir a dignidade e os

direitos humanos através da “luta pela justiça e promoção da vida” (ELLACURÍA, 2009), que são negados às “maiorias populares” desses países².

Com o presente escrito pretende-se mostrar em que consiste o contributo do filósofo para a irrenunciável busca da realização da ética na vida política de nossas sociedades. Serão utilizados como fontes os escritos *Cursos universitários* e *Escritos universitários*, consultando-se ainda outros textos³; recuperam-se também elementos do “Congreso Internacional Ignacio Ellacuría 20 años después” promovido pelo Departamento de Filosofía del Derecho de la Universidad de Sevilla, Espanha, de 26 a 28 de outubro de 2009 (CONIL; PALACIOS ESTEBAN; CORDERO RAMOS, 2010). Inicia-se com a identificação de sua perspectiva ética, que remete à compreensão da necessidade intrínseca do agir ético na política. Por ser constitutiva da Política em seu sentido original, é imprescindível que a ética integre a vida política de modo radical. Essa perspectiva constitui uma abertura de caminhos para que se mantenha o olhar e se efetivem os possíveis passos em ordem a se alcançar o estabelecimento da Ética na Política no seio de nossas nações. Desta forma, fica posto o chamado aos interessados nessa reflexão e no diálogo entre ética e política para prosseguirem no compromisso com a construção de um mundo onde se assumam os valores éticos em todos os âmbitos, especialmente no político. O teólogo insiste na responsabilidade dos que são pretensamente legítimos representantes dos interesses da sociedade.

2. Aproximação inicial da proposta ética de I. Ellacuría

Antes de tudo cabe ressaltar que a ética que se verá a seguir não se instaura no âmbito, por exemplo, da ética que se constrói a partir da “moralidade formal” e da “validade da intersubjetividade”, mas se trata, no entendimento de Dussel (2000, p. 15-16), de uma ética que se inscreve na

² A obra do autor em seu horizonte o compromisso com a libertação dos empobrecidos, e em seu substrato existe uma preocupação ética como se verifica na conferência intitulada “Universidad, derechos humanos y mayorías populares” (ELLACURÍA, 1999, p. 203-219).

³ ELLACURÍA, 1999. O livro reúne a produção intelectual de Ellacuría sobre a missão sócio-política da universidade. Os escritos sobre a universidade aí reunidos abrangem o período que vai de outubro de 1970 até novembro de 1989. “A injustiça estrutural e institucionalizada é o que caracteriza o contexto histórico político de El Salvador nesse período” (capa, verso).

cotidianidade da existência que anseia por “ser mais” e realizar a humanidade do ser humano historicamente. Vários autores têm analisado as correntes éticas contemporâneas presentes no âmbito católico, acentuando as respectivas características. A ética da libertação, da qual faz parte a proposta de Ellacuría, tem como critério a “opção preferencial pelos pobres”. Tem em seu horizonte o sentido de *empoderamento*, pois reconhece, de acordo com Sowle Cahill (2016, p. 97-98), que os pobres são os sujeitos primeiros da própria libertação.

O primeiro aspecto do pensamento de Ellacuría a salientar são suas linhas éticas, que se fundamentam principalmente na filosofia de Xavier Zubiri (1898-1983)⁴, do qual foi discípulo e sobre cuja filosofia desenvolveu sua tese doutoral. Em segundo lugar, chama-se a atenção para a distinção de sua visão refletiu a partir do pensamento filosófico de X. Zubiri, em, por exemplo, a *Ética* (ARANGUREN, 1958) do referido autor. Há um distanciamento entre as perspectivas de ambos que, muito provavelmente, se deve à seguinte razão: em Ellacuría, assim mostra Conil (2010, p. 82), “o dinamismo da estrutura da realidade moral faz parte do dinamismo da realidade histórica”. Este horizonte de sua metafísica se verifica desde o ponto de partida relativo à pergunta fundamental da Ética, que implica, necessariamente, interrogar-se pela tarefa de ser humano. O filósofo (2009, p. 254) descreve essa pergunta nestes termos: “Que requer um fazer para ser humano e que é o que há que fazer para ser humano”⁵. Ele esclarece também que este interrogar-se concretiza-se na questão: “Que e como devemos fazer para que a história chegue a humanizar o homem e o homem chegue a humanizar e plenificar a história” (2009, p. 255). A questão posta traz uma concepção de ser humano e de realidade e leva à formulação da premissa que para Ellacuría (2009, p. 256) está presente em

⁴ Xavier Zubiri (San Sebastián, 1898 - Madrid, 1983). Filósofo e teólogo espanhol. Estudou em Lovaina, Madrid e Friburgo. Foi professor de História de la Filosofía na Universidade de Madrid de 1926 a 1935, depois viveu até 1939 em Roma e Paris.

⁵ Esta mesma ideia referida ao ser humano enquanto indivíduo foi aplicada ao ser humano como coletividade, portanto a todos os seres humanos que refletem de modo responsável e formam instituições como fazendo unidade com as mesmas. Dizia o teólogo, por ocasião de um discurso na Universidade Centro Americana: “A feliz coincidência de uma situação histórica, cheia de problemas decisivos e de um grupo de homens, capazes de assumir de modo refletido essa situação, é a chave fundamental do fazer e do ser da UCA, nestes vinte anos” (ELLACURÍA, 1999, p. 253). O discurso foi pronunciado em evento comemorativo do vigésimo aniversário de fundação da Universidade Centro América, El Salvador, em 17 de setembro de 1985. Ellacuría foi nomeado reitor da mesma em 1979, em coincidência com o Golpe da Junta de Governo em El Salvador.

qualquer ética: “Implica que o homem se realiza na história, que a história é o lugar pleno de realização da realidade e que, fazendo história, é que o homem se realiza”⁶. Esta é uma premissa fundamental para acessar o pensamento ellacuriano no domínio da ética em estudo, a qual, como toda fundamentação teórica para o autor, se constrói sempre a partir da realidade histórica.

Ante os desafios impostos ao ser humano e a determinada sociedade, afirmam Palacios Esteban e Cordero Ramos (2010, p. 363), necessita-se de “pessoas que determinem a licitude da cerimônia [programa] e a sujeição a suas regras, atestando o resultado e suas consequências”. Tal linha de reflexão em vista de um posicionamento concreto ante o real se baseia em um “compromisso com a realidade da inteligência humana — *inteligencia sentiente* — nos três focos de luz que esta projeta sobre aquela” (p. 363). Tais focos são assim formulados: *hacer-se cargo de la realidad*, *cargar con a realidad*, *encargarse de la realidad* (p. 363), que são eixos inseparáveis, os quais se reclamam mutuamente na compreensão da função da inteligência.

O primeiro momento, *hacerse cargo de la realidad*, constitui o foco cognoscitivo. Deve-se cuidar para evitar que se estabeleça uma busca de transformação sem conhecer o mundo social e como ele se estrutura e funciona. Neste sentido, segundo Palacios Esteban e Cordero Ramos (2010, p. 363) é necessária uma “disposição crítica rigorosa” do “conjunto dinâmico das relações sociais que se estruturam mediante formas de poder, quer dizer, de dominação e instrumentalização de alguns indivíduos por outros gerando grandes assimetrias entre eles”. Considere-se ainda que o poder disponha de muitos mecanismos e estratégias de intervenção na sociedade. Desta maneira, este primeiro foco requer “um conhecimento profundo deste conjunto de fenômenos e da forma que adquirem em um determinado momento histórico” (p. 364).

O segundo momento do enfrentamento do desafio histórico social, através de um “projeto de libertação-emancipação”, seguindo a abordagem de Senent de Frutos (1999, p. 217), consiste em *cargar con la realidad*. Esta expressão indica o caráter ético fundamental da inteligência humana. Esta não

⁶ Os editores da obra observam que no original havia um parêntese com este dado: “cf. ‘Persona, sociedad, historia’, 4.3.2.2., pp; 458-485. Ellacuría se refere ao texto ‘Persona y comunidad en Zubiri’, escrito em 1974 e que utilizou o autor para dar o curso ‘Persona y comunidade’ (ELLACURÍA, 2009, p. 256).

foi dada para evadir-se de seus compromissos, mas, ao contrário, para assumir as situações na verdade do que são e como se apresentam. Trata-se, portanto, do foco ético, que lança um olhar de avaliação ética sobre a realidade. Lembram Palacios Esteban e Cordero Ramos (2010, p. 364) que “a interpelação ética aparece na tensão que se gera entre o ser e o dever ser”. Tal interpelação exige um determinado grau de “consciência reflexiva”, que se expressa através de “argumentos que podemos oferecer de nossa identidade moral e de distância que esta guarda em relação ao que somos no presente” (p. 364), já conhecido no momento anterior. Fundamentalmente, conforme o próprio autor (2009, p. 262), o que “está em jogo na vida do homem é o que vai ser dele [seu destino histórico por ele construído]; desde sua própria realidade de homem pretende viver autopossuindo-se e definindo sua mesmidade”.

Seguindo o mesmo raciocínio, o filósofo (2009, p. 262) afirma que a estrutura metafísica fundamental do ser humano se caracteriza pela “inquietação”. Esta condição de seu ser o “mantém fundamentalmente inquieto e o força a ir buscando e a ir optando pelo que quer ser”. Por isso, ele precisa alcançar sua liberdade, mas tal conquista implica libertar-se das necessidades naturais. Ellacuría completa o argumento assim: “A liberdade é uma possibilidade real do homem, que se apoia em sua própria essência aberta, mas sua atualização é resultado de um processo de libertação” (2009, p. 263).

Como um fazer-se processual, a vida humana, que inclui fundamentalmente o alcance da liberdade realizada, se caracteriza como um contínuo processo de libertação. Em razão de sua inquietação fundamental, o ser humano se pergunta sobre o que o aprisiona em dado momento histórico e o que deve fazer para livrar-se de tais cadeias. A motivação da pergunta é antes de tudo ética, como mostram Palacios Esteban e Cordero Ramos (2010, p. 364): “A ética é, pois, de novo, a capacidade de pensar o que há de maneira diferente ou, se assim se prefere, de pensar o diferente no que há”⁷. A importância central do momento *cargar con la realidad* consiste em assumir, aceitar o peso moral da realidade vista à luz da ética, sem resignar-se nem ignorar tal peso. Trata-se de lançá-lo “sobre nossa consciência com o fim de aliviar a quem mais oprime e inclusive esmaga” (p. 365). Pouco mais de um ano

⁷ Esta tarefa da ética foi apresentada por Thiebaut no texto *La emancipación* (THIEBAUT, 1991, p. 207).

antes de ser assassinado, Ellacuría proferiu uma conferência na qual ressaltou a importância da utopia profética (1990b, p. 13-15)⁸. A utopia da transformação política e social se expressa neste segundo momento do método da *inteligencia sentiente* nestas três perguntas, que têm como referência histórica o povo crucificado: “¿Que he hecho yo para crucificarlo? , ¿qué hago para que lo descrucifiquen?, ¿qué debo hacer para que ese pueblo resucite?”⁹.

Avançando para o terceiro aspecto ou momento da metodologia baseada na realidade da inteligência humana, encontra-se o momento prático, o qual consiste em *encargarse de la realidad*. Aqui coloca-se em jogo a *voluntad de liberación*, que é imprescindível para que aconteça um “fazer real”. Este passo prático implica necessariamente uma vontade que move a uma transformação efetiva nas relações sociais. Aqui está em jogo a vontade política, asseveram Palacios Esteban e Cordero Ramos (2010, p. 365): “Vontade política, afinal, porque persegue a emancipação dos oprimidos em relação a reis, deuses e tribunais, segundo se dizia com expressões hoje obsoletas”. Procura-se firmar “o estatuto de disposição de todos e cada um sobre si mesmos e sobre seu destino, rompendo todos os vínculos de dominação” (p. 365). Ellacuría (2009, p. 261) entende que o percurso dos dois primeiros momentos move o ser humano a sentir-se obrigado a “cuidar da realidade”. Por isso, enfatiza que “o grande compromisso do homem é sua própria realidade com a qual tem que ser e a realidade da história” (p. 261). Disso decorre, como afirma o autor (2009, p. 261), o imperativo da condição prática do ser humano, deixando claro que

O caráter prático essencial da vida humana se apresenta eticamente como a necessidade de cuidar para que a realidade seja como deve ser, que se faça com a realidade o que se deve fazer; a realidade é sempre dinâmica, é um realizar-se; o ser do homem é um fazer-se.

⁸ Sánchez Arias referiu à esperança utópica ao tratar do tema ética na política. Afirma: “A presença da ética na política, ao mostrar-se como exigência, terá sempre algo de utopia, pois enquanto exigida, sempre aparecerá como no tendo lugar de forma absoluta e definitiva” (SÁNCHEZ ARIAS, 1990, p. 227).

⁹ A passagem se encontra em texto escritos pelo autor quando estava em exílio em Madrid em 1981. Ellacuría expressou esse pensamento também em uma conferência que proferiu em Valladolid, evocando as três perguntas dos Exercícios Espirituais de Inácio de Loyola, que medita diante do Cristo crucificado. Diz o texto dos *Exercícios Espirituais*. “Imaginando a Cristo nuestro Señor delante y puesto en cruz, hacer un coloquio, como de Criador es venido a hacerse hombre, y de vida eterna a muerte temporal, y así a morir por mis pecados. Otro tanto, mirando a mí mismo, lo que he hecho por Cristo, lo que hago por Cristo, lo que debo hacer por Cristo, y así viéndole tal, y así colgado en la cruz, discurrir por lo que se ofreciere” [EE 53].

Vistas as linhas fundamentais da ética de I. Ellacuría, passa-se à compreensão de sua relação com a política.

3. Ética e política

O processo metodológico do enfrentamento da realidade, baseado naquilo que a *inteligencia sentiente* oferece à inteligência humana, desemboca no compromisso de concretização da libertação na sociedade. Dizendo respeito ao todo da sociedade, a libertação histórica requer um encaminhamento político. Para que a política seja assumida em vista de contribuir para o processo de hominização e humanização ela necessita estar perpassada pela ética. O entendimento desse processo implica adentrar no campo político e esclarecer qual é o lugar da ética nesse âmbito.

Cabe, pois, agora compreender como I. Ellacuría relaciona a ética com a política. Dá-se por suposto que se aceite o compromisso de libertação a partir da aproximação crítica da situação concreta de desigualdades, opressões e exclusões, situando-se aí a relação entre ética e política. Também deve-se reconhecer quem são os sujeitos morais da libertação, que são as vítimas submetidas a condições sub-humanas, gerando-se uma desumanização ampla em nossos dias. Mas também é necessário identificar quem tem a legitimidade para arbitrar eticamente a procura pelo caminho que cria as possibilidades de humanização.

Nenhuma instância política pode ser árbitro no processo de libertação e emancipação das vítimas, em um mundo no qual a injustiça social se institucionalizou. No entanto, a partir do compromisso com os injustiçados pode-se buscar, no âmbito moral, a realização de um projeto de transformação social. Para Palacios Esteban e Cordero Ramos (2010, p. 368-369), definitivamente, o projeto de libertação-emancipação tem sua realização principal “no plano moral em que estão situadas as vítimas como sujeitos morais”. Ainda de acordo com esses autores (p. 369), são as próprias vítimas que a partir dessa situação “julgam a distância entre o ser e o dever ser e, portanto, os únicos árbitros legítimos de sua libertação”. Clama-se por “vontade moral e política em ordem a uma libertação efetiva”, por um

movimento no seio político que seja ético (p. 369). Mas como se pode conceber uma política que se pauta pela ética?

4. Possibilidade de política ética

Antes de se expor a ideia central do autor sobre esse tema, torna-se oportuno remeter-se ao filósofo Lima Vaz (1993, p. 147), o qual mostra que a relação entre Ética e Política se estabelece de suas formas. Em primeiro lugar, situada no campo da ontologia antiga, grega clássica, tal relação se estabelece de modo intrínseco. Por outro lado, se essa relação se dá “sob o signo do pensamento moderno e científico” ela se caracteriza como extrínseca e se torna problemática. Consequentemente, reflete o filósofo brasileiro, “a Política tende a se constituir em esfera autônoma, independente da normatividade ética e frequentemente a ela oposta” (p. 147).

Tal dissociação e até contradição entre esses dois âmbitos Ellacuría define como relação ambígua. O filósofo salvadorenho (2009, p. 269) observa que a ambiguidade da política “parece exigir e contradizer ao mesmo tempo a presença da ética”. Acrescenta que ética e política parecem ser duas esferas completamente alheias. Há uma imoralidade generalizada nos meios empregados para se chegar ao poder e no próprio exercício do poder. Por isso, enfatiza ele (2009, p. 269), não se “vê como alguém que respeite normas éticas possa triunfar politicamente num mundo como o político, onde qualquer ação parece justificável para conseguir o poder e conservá-lo”.

No entanto, o autor afirma (2009, p. 270) que “a política parece ser o campo mais adequado para o desenvolvimento total da pessoa e para o serviço mais completo à comunidade, pelo que pareceria ser a instância de maiores possibilidades éticas”. Esta premissa fundamental traz a perspectiva de busca de autêntico compromisso na sociedade, através da formação de cidadãos(ãs) conscientes de sua responsabilidade social¹⁰ e que se

¹⁰ A ética marxista se pauta pela primazia do social sobre o individual, passando, portanto, da ética da alteridade à ética social. Diferente da ética individual, que seria ética da boa vontade, na ética marxista é o ser social que determina a consciência. Esta, que é considerada “a verdadeira atitude ético-social, ativa e criadora, surge quando se obtém esta ‘consciência social’ que é a ‘consciência de classe’ ou ‘consciência proletária’” (ARANGUREN, 1967, p. 137-138).

comprometam na busca do bem comum¹¹. Aqui Ellacuría faz ecoar a posição do Vaticano II (GS 75) que se refere à política qualificando-a como atividade de caráter altamente nobre:

Os [cidadãos, com referência à juventude em particular] que são idôneos ou possam tornar-se para exercer a difícil e ao mesmo tempo nobilíssima arte política, preparem-se para ela e procurem exercê-la, esquecidos do proveito próprio e de vantagens materiais. Pela integridade e com prudência, lutem contra a injustiça e a opressão ou o absolutismo e a intolerância, seja dum homem ou dum partido político; dediquem-se, porém, ao bem de todos com sinceridade e retidão, bem mais, com o amor e a coragem exigidos pela vida política.

O modo de comportar-se ou de assim conceber a vida pública por aqueles que para ela se preparam, tal como intui o Concílio, está pleno do sentido de uma política ética. Senent de Frutos esclarece como é possível o exercício da política com base ética. A prática política alicerçada na Ética está ao alcance do ser humano enquanto este é um ser dotado de faculdades que o habilitam ao exercício da convivência em sociedade, sendo realizador e gerenciador de seu ambiente relacional e físico-geográfico. O mesmo autor explicita o alcance da ação política, quando afirma categoricamente: “A ação política é possível porque o homem, além de racionalidade e linguagem, é capaz de antecipar as consequências de suas ações, de formular juízos de valor acerca da realidade e dos comportamentos próprios e alheios” (SEMENT DE FRUTOS, 1999, p. 216). Ele completa o argumento reafirmando que o ser humano pode “optar livremente entre modelos alternativos de ação, seja existente na realidade histórica presente, seja só pensados e desejados” (p. 214). Essa ideia está ligada à concepção clássica de política, que a define como atividade que tem sempre algo a ver com o *bem comum*: “A política, pois, se apresenta como realidade; a ética viria concebida como exigência”.

O bem comum é um princípio moral fundamental para a construção de toda sociedade, sem o qual ela perde todo o sentido que deve ter como lugar

¹¹ Desta forma se entende toda a profundidade que Ellacuría aplica ao papel da universidade e em relação aos pobres com espírito. Missão da universidade na situação salvadorenha ante a qual tem grave responsabilidade histórica. “Esta responsabilidade comprometida implica, antes de tudo, reafirmar o que tem sido e é o propósito fundamental desta universidade: contribuir universitariamente para a libertação integral de todo o povo salvadorenho, desde a opção preferencial pelos pobres, desde a atenção privilegiada das maiorias populares” (ELLACURÍA, 1999, p. 263).

onde historicamente o ser humano se realiza como membro responsabilmente ativo. Mas é necessário considerar de que maneira se deve constituir um código moral, pois este pode ser manipulado. Para que a moral tenha valor humanizante é necessário que seja conduzida por valores universalizáveis dentro e a partir daquela cultura e história. Esses fatores, por sua vez, estão sujeitos a manipulações à medida que se procura afirmar o significado dos valores morais. Ellacuría (2009, p. 265) afirma que “o código moral de uma determinada sociedade tem que ser sempre cultural e histórico e aí está a possibilidade de que possa ser manipulado por quem em cada caso detenha o poder, e imposto através de leis, de educação, de comunicação massiva, etc.”. Tais valores se expressam em ideais que se manifestam como o “diferente de” e “diferente em” em determinada realidade histórica. O filósofo assegura que “a presença dos ideais e, em última instância, de uma ou outra forma de utopia operante, é condição indispensável para a humanização do homem na história e para a humanização e plenificação da história” (2009, p. 269)¹².

No processo de construção do projeto de libertação do ser humano posto em condição de vítima e busca de sua realização, a utopia constitui-se em fator encorajador do sujeito. Para o filósofo salvadorenho a utopia é constitutiva do dinamismo da libertação. Afirma: “A presença do utópico é o que permite a denúncia de qualquer situação dada e o anúncio de um caminho novo. Torna o homem um não conformado [com a situação dada], mas não um destruidor” (2009, p. 269).

A partir da relação do compromisso e responsabilidade social e da força vital do utópico se concebe como a ética é indispensável para a política como instância gerenciadora do bem comum. A ligação entre a Ética e a Política rejeita todo interesse particular, ainda que aqueles que desejam atuar politicamente estejam motivados por algum valor de caráter pessoal encarnado. O autor (1990^a, p. 409) acentua que é imprescindível o

¹² O cristianismo, que influenciou fortemente na formação da cultura ocidental e da consciência do homem e da mulher desta parte do mundo, tem sua concepção ética. “No cristianismo, os ideais éticos se identificaram com os religiosos. O homem viveria para conhecer, amar e servir a Deus, diretamente e em seus irmãos. O tema socrático do ‘conhece-te a ti mesmo’ volta á tona, em Santo Agostinho, que afora ensina que ‘Deus nos é mais íntimo que o nosso próprio íntimo’. O ideal ético é o de uma vida espiritual, isto é, de acordo com o espírito, vida de amor e fraternidade” (VALLS, 1986, p. 44).

distanciamento de tudo o que é particular. Assim o descreve: “A negação do particularismo redutor leva à afirmação de que só pode ser aceitável para a humanidade nova um projeto global que seja universalizável”. Tal universalização, sustenta ele tem um ponto de partida e horizonte fundamental e preciso:

Deve-se fazer a universalização a partir da opção preferencial pelos pobres: que sejam eles que dinamicamente tomem a iniciativa, não pode transformar a Igreja, mas também na chave do que pode ser uma utopia histórica (cristã), e a paulatina realização de um projeto efetivamente libertador de tudo e de todos (ELLACURÍA, 1990a, p. 410).

O filósofo, encarnando o ideal ético, denuncia a situação de seu contexto, pois considera que não se pode pretender estabelecer uma ordem justa *a priori*. Tentativa desse tipo seria irreal, não considerando a historicidade da tarefa política. Diante disso, sugere uma via adequada para se superar o mero voluntarismo, e o faz dirigindo-se aos que têm o dever de estabelecer uma nova realidade política. Assevera: “O que os políticos e os cidadãos devem fazer é construir uma ordem menos injusta, pondo as condições reais que a tornam possível” (2009, p. 276). Sua ideia parte deste entendimento: “A negação do injusto pressupõe certo reconhecimento do justo e abre, além disso, possibilidades reais de condições mais justas” (2009, p. 276). Prosseguindo sua argumentação, acrescenta que se “trata fundamentalmente de ações e não de moralismos idealizantes, que escudam a negação real com afirmações ideais” (2009, p. 276). Isso implica a difícil, mas firme e imprescindível decisão de priorizar a ética na vida política.

5. Primazia da política ética sobre o voluntarismo particularista

Para Ellacuría (2009, p. 276), a política ética tem primazia sobre o político ético, pois o indivíduo não pode antepor ao bem comum sua ética pessoal, individual, já que esta vem marcada pelo particular e não se orienta conforme aquilo que pode ser universalizado. “A política ética prima sobre o político em razão de que a objetividade e a universalidade estão acima – e em ordem política – dos voluntarismos individuais”. Reforça a ideia, dizendo que não

existe político, no sentido próprio da palavra, cuja razão seja ele próprio: “Não há políticos em razão de si mesmos, mas em razão da política” (2009, p. 276). Assim, ele reafirma sua posição, considerando que não há lugar para exercício de voluntarismos na política. Para o filósofo (2009, p. 277) “o voluntarismo político tende a confundir a esfera do *peçoal*, do familiar etc., com a *possibilidade real de ação política*. Casos como os da guerra, do divórcio, do aborto etc., mostram as diferentes dinâmicas dos problemas sociais e dos problemas individuais”. O que determina o comportamento do político que faz política ética são os problemas sociais e não suas pretensões individuais.

Isoladamente e impulsionado(a) por motivações pessoais, nunca alguém conseguirá agir eticamente na política, pois a justa ordem tem sempre um alcance mais amplo que o pessoal e exige o pressuposto da consecução do bem comum. O autor deixa clara a exigência da objetividade para que se tenha ética na política: “O político ético não está por si em condições de alcançar o que é uma ordem justa, apenas por seguir os ditames de comportamento de sua consciência pessoal” (2009, p. 277). Ellacuría tem uma visão aguda sobre o que é o sentido do ético na política: “Entendemos aqui por ‘político ético’ não o que promove uma política ética, mas o que, no modo de promovê-la, se atém ao que lhe dita sua consciência formada no âmbito do pessoal” (2009, p. 277). Deve-se entender bem o sentido desta consciência. “Deve-se sustentar que o ditado de sua consciência obriga o político, mas o ditado de sua consciência política” (2009, p. 277).

Segundo Ellacuría, para melhor se esclarecer o sentido de consciência do político ou consciência política, é necessário tomar distância de toda ideia de que há de se seguir o simples querer pessoal, sem o concurso efetivo da consciência. O filósofo e teólogo considera como condição de possibilidade para que possa haver política a existência de uma consciência voltada ao bem público. “Como quer se entenda esta consciência, ao político não é permitido fazer o que quer e do modo que quer, porque um político sem nenhuma forma de consciência perde toda possibilidade de comunicação humana” (2009, p. 277)¹³.

¹³ Este princípio ético apresenta, de certa maneira, uma aproximação da ética do discurso pela exigência de se considerar os discursos reais como objeto da discussão, pois eles “respondem à necessidade de validar as *necessidades* ou *interesses reais de todos* os afetados pelo problema em discussão, pois ninguém melhor que eles mesmos sabem quais são suas necessidades e quais os problemas concretos de sua vida” (XAVIER HERRERO, 2020, p. 78).

Está claro em que sentido ou a que consciência ele se refere. Não é uma consciência pessoal bem formada ou uma consciência alicerçada em princípios de determinada matriz religiosa. Trata-se de “uma reta consciência política”. O que quer dizer “reta consciência”? Reta consciência ou razão reta é aquela forma de raciocinar que tenta conformar-se à realidade da qual trata e às exigências que esta apresenta. Deve-se entender adequadamente o significado de realidade. Conforme Ellacuría (2009, p. 277), o conceito de realidade consiste na “especial realidade que chamamos a realidade política, a qual é distinta da realidade pessoal, da realidade familiar ou da realidade comunitária”.

Em consequência da noção de política ética como se mostra até aqui, a busca desse tipo de política, sustenta o autor, “leva efetivamente ao horizonte adequado de atuação política, que ficará orientada para o horizonte pelo qual exige a realidade política” (ELLACURÍA, 2009, p. 279). Neste sentido, a situação objetiva de determinada sociedade constitui fator decisivo para a formação da consciência do político, que, assumindo as exigências da sociedade, poderá agir de acordo com sua consciência eticamente estruturada. Por esta via, pode-se chegar à criação de uma cultura de política ética. A interpretação de Senent de Frutos (1999, p. 216) confirma a noção de política ética:

A política, como realidade, exige a ética. Por outro modo, ética e política não são em nenhum caso dissociáveis; a política sem ética perde seu horizonte e fica à deriva. A própria consideração da política inserta no conjunto de atividades humanas a faz referir-se de modo inexcusável ao horizonte do ético.

Isso pressupõe a formação de uma consciência política de forma responsável, que compreenda a política como lugar do serviço que visa ao bem comum, princípio fundamental presente em todo o percurso deste texto.

Considerações finais

No Estado moderno, a política é uma atividade envolvida com uma gama de agentes influentes na vida da sociedade, tais como a economia, os movimentos sociais, as forças culturais e os segmentos da sociedade que estão em emancipação. Essa questão, que constitui enorme desafio para a Ética, foi lembrada por Cortina (2002, p. 245), no início deste século, que afirma:

“Economia e política vão perdendo seu húmus ético”. A abordagem de I. Ellacuría sobre a política ética constitui uma alavanca para se enfrentar essa problemática. A visão filosófica, mas também a teológica, de Ellacuría sobre a Ética na Política reflete a “ética do bem comum” e se baseia no princípio da realidade histórica como referência interpeladora daquelas que assumem ou se preparam para a atividade política. A política exercida com ética tem como base última o compromisso que se alicerça na reta razão, a consciência politicamente reta, a qual está voltada para as exigências que se lhe apresentam objetiva e historicamente partindo da realidade social.

Esta perspectiva, que está em conformidade com a visão religiosa, ou melhor, com a perspectiva eclesial, vem ao encontro da intuição fundamental no Vaticano II, que particularmente na Constituição Pastoral *Gaudium et spes* (n. 30) anima o ser humano de hoje a superar a ética individualista. A Doutrina Social da Igreja (PONTIFÍCIO CONSELHO ‘JUSTIÇA E PAZ’, 2005, n. 392), por sua vez, defende uma orientação na política que a torna uma atividade em função da pessoa e da sociedade, cujo critério é o bem comum de todos os homens e mulheres nas suas dimensões. O pensamento ético ellacuriano converge igualmente ao ensinamento dos mais recentes documentos do Magistério da Igreja, em especial a encíclica *Laudato si’* (2015, n. 158) ao referir-se ao compromisso com a humanização como libertação integral do ser humano. “Basta observar a realidade para compreender que, hoje, esta opção [opção preferencial pelos pobres] é uma exigência ética fundamental para a efetiva realização do bem comum”.

Referências

ARANGUREN, J. L. L. *Ética*. Madrid: Revista de Occidente, 1958.

ARANGUREN, J. L. L. *Ética e política*. São Paulo: Duas Cidades, 1967.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje *Gaudium et spes*. Petrópolis: Vozes, 1966.

CONIL, J. Las líneas de fundamentación en la propuesta ética de Ellacuría. In: SENENT DE FRUTOS, J. A.; GALIANA, J. M. (coords.). *Ignacio Ellacuría 20 años después: actas del Congreso Internacional*. Sevilla: Instituto Andaluz de Administración Pública, 2010. p. 81-92.

CORTINA, A. Justicia y mercado. In: RUBIO-CARRACEDO, J.; ROSALES, J. M.; TOSCANO MÉNDEZ, M. (eds.). *Retos pendientes en ética y política*. Madrid: Trotta, 2002. p. 237-247.

DUSSEL, E. *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ELLACURÍA, I. Utopía y profetismo. In: ELLACURÍA, I.; SOBRINO, J. *Mysterium liberationis: conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación*. Tomo I. Madrid: Trotta, 1990, p. 393-442.

ELLACURÍA, I. Dez afirmações sobre “utopia” e “profetismo”. *Itaici: Revista de Espiritualidade Inaciana*, n. 3, p. 13-15, Julho/1990.

ELLACURÍA, I. *Escritos universitários*. El Salvador: UCA Editores, 1999.

ELLACURÍA, I. *Cursos universitários*. El Salvador: UCA Editores, 2009.

LIMA VAZ, H. C. L. *Escritos de Filosofia II: Ética e cultura*. São Paulo: Loyola, 1993.

PALACIOS ESTEBAN, J. E.; CORDERO RAMOS, N. Nuestro reto entre la Teología y la Religión, la Ética y la Política. In: SENENT DE FRUTOS, J. A.; GALIANA, J. M. (coords.). *Ignacio Ellacuría 20 años después: actas del Congreso Internacional*. Sevilla: Instituto Andaluz de Administración Pública, 2010, p. 351-377.

PONTIFÍCIO CONSELHO ‘JUSTICA E PAZ’. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2005.

SENENT DE FRUTOS, J. A. Los derechos humanos desde los pueblos oprimidos. In: SOBRINO, J.; ALVARADO, R. (eds.). *Ignacio Ellacuría: “aquella libertad esclarecida”*. Santander: Sal Terrae, 1999.

SÁNCHEZ ARIAS, L. La ética em la política: ¿ utopia? In: SOBRINO, J.; ALVARADO, R. (eds.). *Ignacio Ellacuría: “aquella libertad esclarecida”*. Santander: Sal Terrae, 1999.

SOWLE CAHILL, L. Jornadas de libertação: Ética teológica católica para além do Vaticano II. *Concilium*, v. 364, n. 1, p. 97-109, 2016.

THIEBAUT, C. La emancipación. In: THIEBAUT, C. (ed.). *La herencia ética de la ilustración*. Barcelona: Crítica, 1991.

VALLS, Á. L. M. *O que é ética*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

XAVIER HERRERO, F. Ética na construção da política. In: DOMINGUES, I.; MARGUTTI PINTO, P. R.; DUARTE, R. (Org.). *Ética, política e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2020. p. 69-87.

RECEBIDO: 11/09/2020
APROVADO: 23/11/2020

RECEIVED: 09/11/2020
APPROVED: 11/23/2020